

O estranho do ninho

Cesare de la Rocca, um italiano que trabalhou no Unicef, conta o que é ser pai de dois mil meninos de rua de Salvador

POR KÁTIA CANTON

O pai da nova revolução educacional brasileira é um italiano de 55 anos. Radicado no Brasil há 25 anos, Cesare Florio de la Rocca nasceu em Florença e aqui chegou em 1968 a convite de alas progressistas da Igreja Católica para trabalhar com crianças do Amazonas. Pouco antes de aceitar o convite, ele havia atravessado uma radical mudança interior, abandonando a profissão de advogado bem-sucedido em favor da causa social, sobretudo a do menor abandonado. De sua peregrinação no Amazonas, Cesare foi ao Rio de Janeiro trabalhar como assessor da presidência da Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor). Voltou à Itália por algum tempo, onde se tornou o responsável por uma prisão de menores em Milão. Em 1989, de volta ao Brasil, ele recebeu a proposta da Terra Nuova – uma associação italiana não-governamental de cooperação, que atua na América do Sul e na África – para criar um projeto educacional junto aos menores abandonados de Salvador.

Desde o dia 1º de junho de 1990, quando o Projeto Axé começou a funcionar, Cesare tornou-se o “pai” de duas mil crianças de rua. Seu bem-sucedido projeto, que poderá tornar o Brasil um modelo-piloto educacional para o resto do mundo (como aconteceu com o “método Paulo Freire” nos anos 60), tem como motor a idéia da reintegração e revalorização cultural. Gradativamente, os 12 mil garotos abandonados da cidade de Salvador, em sua maioria negros, são convidados a participar dos blocos Olodum e Ilê Aiyê, a fazer teatro, a tomar

aulas de circo. São eles que escolhem como produzir seu ganha-pão, que por enquanto pode ser conseguido com trabalho nas oficinas de papel reciclado, de estamparia em camisetas e, mais recentemente, com o trabalho nos canteiros de obras da empreiteira OAS.

Em dois anos e meio de atividade, o Axé – que na língua africana iorubá significa “a força geradora de todas as coisas” – vem provando que a solução dos problemas do menor abandonado pode ser efetivada sem paternalismos intransigentes, com pouco dinheiro e uma boa dose de amor e criatividade. Estes dois últimos ingredientes são de fato as especialidades de La Rocca, que concedeu esta entrevista em Salvador.

ISTOÉ – O que o fez abandonar o Direito e vir cuidar de crianças abandonadas no Brasil?

La Rocca – No decorrer da minha vida profissional fui me politizando, até que senti uma virada sem caminhos de volta. Fiz a opção pela criança por ela ser o elo mais vulnerável da sociedade. A escolha do Brasil na época

relacionou-se com meu interesse pela situação política e a vontade de lutar contra o autoritarismo militar que ocorria naquele momento histórico. Estas causas dão muita força às nossas ações. Quando cheguei, em 1968, fui primeiro para Petrópolis onde me isolei durante quatro meses para aprender português. Dali fui a Manaus, onde trabalhei durante 12 anos, de fevereiro de 1969 até 1981. **ISTOÉ** – O que fez em Manaus com relação ao menor abandonado?

La Rocca – Eu e um grupo de pessoas implantamos escolas profissionalizantes para crianças de rua. Formamos 400 delas, que deste modo puderam exercer profissões e se auto-sustentar. Eu jamais na minha vida tinha me confrontado com situações tão gritantes de miséria como as que testemunhei logo de cara no Brasil. E isso tudo era permeado de abusos de poder instituídos pelo regime político nacional. Por exemplo, o Exército na época considerava o meu trabalho com as crianças perigoso e subversivo e aproveitava minhas ausências para exercer uma violência surda sobre os meninos. Eu me lembro que um dia havia ido à faculdade (repeti a escola

de Direito em Manaus já que meu diploma não era validado aqui). Quando cheguei à escola, soldados apontavam metralhadoras nas cabeças dos garotinhos, que estavam todos de joelhos agrupados numa quadra. Os militares alegavam que estavam atrás de armas que tinham desaparecido de seus quartéis.

ISTOÉ – Da experiência amazonense, como o sr. foi parar na Funabem no Rio?

La Rocca – Em 1981, a Funabem começou a olhar com interesse para o que estávamos fazendo em Manaus. Havia gente corajosa



La Rocca: para essas crianças, o futuro dura apenas 24 horas

PEDRO MORENO

na gestão, como Ecléia Fernandes Guazelli, supervisora da Funabem em Manaus, que me convidou para fazer algo similar no Rio. Como se poderia prever, durante o governo Figueiredo, o projeto ainda soou subversivo aos olhos do poder e em um ano e meio caímos todos.

ISTOÉ – *Nessa fase o sr. foi obrigado a voltar para a Itália?*

La Rocca – Eu acabei aceitando o convite para cuidar de meninos aprisionados. Aprendi muito sobre os diferentes motivos que acarretam o problema da marginalização na infância e na adolescência. No Primeiro Mundo, a situação é bem diferente. Lá a responsabilidade penal, na maioria dos países, começa aos 14 anos. Aqui no Brasil, há um movimento tentando diminuir a idade da maioridade, dos 18 para os 16 anos. No nosso

caso, com crianças subnutridas e sem condições de educação, eu sou contra. Mas no Primeiro Mundo um menino de 14 anos sabe o que está fazendo.

ISTOÉ – *E quanto aos motivos da marginalização?*

La Rocca – No Brasil, como no resto do Terceiro Mundo, as situações de pobreza e marginalização são mais numerosas e gritantes, mas são trabalhadas com mais facilidade. Quando as crianças são alimentadas, bem tratadas, queridas e respeitadas, elas se recuperam de maneira integral. No Primeiro Mundo a situação é bem diferente. A criança e o adolescente respondem a uma carência de ordem menos circunstancial e mais moral, espiritual. Veja os garotos jogados nas ruas e no metrô de Nova York, por exemplo. Algo equivalente ao

Axé dificilmente faria com que eles reagissem. Não quero com isso no entanto soar piegas. A situação no Brasil é grave e, se não tomarmos uma atitude radical e urgente, a carência das crianças brasileiras se tornará não apenas uma carência de alimento, educação e amor, mas algo tão profundo e inatingível como aquela que afeta as crianças do chamado Primeiro Mundo.

ISTOÉ – *Como surgiu a idéia do Projeto Axé?*

La Rocca – Quando o convite surgiu da Terra Nuova para trabalhar com menores da Bahia, eu estava no Unicef. Já estava lá há sete anos e não queria fazer carreira no órgão, não queria ser mandado para outros postos em países diferentes, como acontece de praxe nestes órgãos. Tive vontade de voltar para áreas carentes e colocar a mão na massa. A

proposta da organização não-governamental italiana veio na hora certa. Eles escolheram Salvador pelo fato de a cidade ter um índice escandaloso de menores na rua – são 12 mil. Inicialmente trabalhamos no delineamento da pirâmide hierárquica que diferencia os tipos de crianças de rua, tanto na Bahia como no resto do Brasil. Na base da pirâmide estão as crianças que têm famílias disfuncionais. Elas passam o dia na rua e à noite voltam para casa, sobretudo para trazer dinheiro. É a maioria dos casos. No meio há as situações em que os meninos passam a semana toda na rua e, nos finais de semana, voltam para casa. O topo da pirâmide fica por conta das situações radicais, daqueles que passam a vida na rua, não têm casa nem família.

ISTOÉ – *Como foi então operacionalizado o Axé?*



Um trombadinha numa ação bem-sucedida na Sé, em São Paulo

Algo equivalente ao Axé dificilmente funcionaria com os meninos jogados no metrô de Nova York. Aqui é mais fácil

La Rocca – O projeto foi batizado com esta palavra iorubá, que carrega em si uma alusão à mágica da idéia de que “é possível”. Em sua formação, o projeto delineou uma visão política clara, trabalhando com as causas que geram a marginalização do menor. A segunda parte foi desenvolver uma proposta pedagógica. Ela foi baseada nas idéias de Paulo Freire, meu amigo e companheiro de projetos pelo Unicef. Tudo foi regado a muita urgência – daqui a pouco será realmente tarde demais para ajudar essas crianças – e também um orçamento restrito. A proposta do Axé não é romântica. Ela é apenas uma terceira alternativa aos dois caminhos para onde desembocam os meninos de rua: prisão ou morte.

ISTOÉ – *Por que o Axé é considerado um projeto revolucionário?*

La Rocca – Aqui nada foi planejado de fora para dentro. Como você verá, o projeto aborda todas as áreas de ensino, cultura, lazer e educação dos meninos e todas as opções nos setores tomaram corpo a partir de idéias e desejos deles mesmos. O início do projeto aconteceu com a ida dos educadores para as ruas. Contratamos 25 profissionais – em contraste com o que acontece com propostas assim, nossos educadores não são pessoas apenas munidas de boa vontade, mas são de fato profissionais de educação de rua. Para que a coisa desse certo, a condição número 1 era que tudo fosse muito profissional. Neste caso, além do treinamento, que segue etapas desenvolvidas de acordo com as necessidades locais, estabelecemos um piso de bolsas de estudo para estágios e salários-base para os educadores. Pagamos cerca de Cr\$ 5 milhões

para um trabalho de quatro horas – o máximo de tempo permitido pois a rua pode ser muito agressiva.

ISTOÉ – *Além da questão do profissionalismo em contraste com a postura filantrópica não-especializada prevalente em projetos sociais, o Projeto Axé também revolucionou em sua estruturação. O sr. pode explicar como as atividades são organizadas?*

La Rocca – O Axé tinha que ser um projeto mais humano e barato que os sistemas de encarceramento e reformatório propostos pelo Estado. Começamos gastando US\$ 37 por mês com cada uma das duas mil crianças de rua com as quais iniciamos o trabalho. Hoje o gasto subiu para US\$ 44 e já cuidamos de mais de 2.058 cri-

anças. O governo gasta de quatro a dez salários mínimos para manter os garotos em reformatórios. E os resultados dificilmente são positivos, como mostrou a revolta da Febem em São Paulo. Além da contagem e do mapeamento dos meninos e do estabelecimento desta verba, inicialmente gerada pela Terra Nuova, começamos a pensar em reintegrá-los à própria cultura. Apenas com respeito à realidade cultural afro-brasileira local é que poderíamos efetivamente fazer bem a eles. A maneira mais econômica e efetiva de proporcionar isso foi estabelecendo convênios com blocos de música e dança afoxé – especificamente o Ilê Aiyê, o Olodum e o Muzenza. Outra atividade na qual eles mostraram interesse e com a qual nos conveníamos foi a escola de

circo, que demonstrou ser uma atividade muito disciplinante. Há também grupos de circo e terreiros de candomblé.

ISTOÉ – *O Projeto Axé é reverenciado por facções progressistas da Igreja Católica. O casarão onde o projeto se situa na Barra é pertencente à arquidiocese de Salvador, vizinho à igreja de Santo Antônio. Não há conflitos religiosos na escola dos terreiros de candomblé como parte da formação dos meninos?*

La Rocca – Não, pois o sincretismo religioso é básico na cultura brasileira. É claro que muita gente vai se incomodar com isso, mas quem não pode entender a própria cultura não tem condições de entender os frutos dela, no caso esses meninos. A intenção de fazê-los redescobrir e reentender suas raízes étnicas é o único meio legítimo de emancipação.

ISTOÉ – *O Axé também inclui espaços de alfabetização e convênios com dormitórios, além de meios de produção para que os meninos venham a se auto-sustentar?*

La Rocca – Sim. Há educadores que se concentram na alfabetização dos meninos, para que posteriormente eles possam ingressar em escolas públicas. Enquanto são alfabetizadas, as crianças recebem três refeições por dia, roupas, chuveiro e banheiros. Depois que elas ingressam nas escolas começam também um trabalho produtivo. Eles mesmos ajudaram a escolher, no caso, uma oficina de estamparia de camisetas (onde estão sendo produzidas estampas assinadas por vários artistas plásticos baianos, que doaram desenhos para o projeto) e uma de reciclagem de papel. Essas oficinas ainda são pouco lucrativas, pois seu intuito maior é educativo. Mas mesmo assim já produzem dinheiro suficiente para que os garotos acumulem uma pequena bolsa de Cr\$ 50 mil semanais.

ISTOÉ – *O projeto tem despertado o interesse de vários órgãos nacionais e internacionais, como é o caso do Unicef, que hoje também o apóia. E a empresa privada?*

La Rocca – Num país como o Brasil, a participação da empresa privada é essencial. Há três meses apenas, realizei um grande sonho: consegui o patrocínio e a participação ativa da OAS, uma das maiores empreiteiras do País. O empresário Carlos Suarez acabou me procurando para propor uma junção do capitalismo com uma preocupação social. A empresa está de fato se empenhando no projeto. Montou um curso profissionalizante para absorver mão-de-obra juvenil em seus canteiros de obras. O curso é pago e eles dão refeições, cuidados aos meninos e vale-transporte. Além

A OAS montou um curso para absorver mão-de-obra juvenil em seus canteiros. É ela também que paga nossos educadores



Carlos Suarez, da OAS

EDSON RUIZ/FOLHA IMAGEM

disso, estão proporcionando apoio técnico para implementação da informática no projeto. Um banco de dados eletrônico está sendo confeccionado para agilizar a operacionalização do Axé. E a OAS também gasta US\$ 120 mil para o fundo de pagamento de nossos educadores, que, como disse antes, são profissionais que devem ser remunerados como tais.

ISTOÉ – *Como se estabelece a pedagogia de rua desses educadores?*

La Rocca – A sistemática parte da práxis. Os educadores saem às ruas em duplas e cumprem numa primeira fase a chamada “paquera pedagógica” (uma troca de olhares, sorrisos). Com o tempo eles são convidados a participar de atividades de rua com as crianças. Finalmente há a fase do aconchego, quando o educador introduz os garotos no Projeto Axé e expõe a eles alternativas de vida à rua. Este timing é dos meninos e não previamente determinado pelo educador. Pode durar de 90 a 300 dias e requer paciência. O método é o da “paciência impaciente”, determinado por Paulo Freire, inspirador do Axé. Nesta terceira etapa da sistemática, há espaço para o chamado “orgasmo pedagógico”, quando o menino pergunta ao educador: “E se eu decidir sair da rua, o que é que o Axé fará por mim?” É hora de o educador responder: “Nada. Quem fará é você com a ajuda dele. É você quem encaminhará seu projeto de vida.” É importante notar que a dimensão tempo é específica no caso desses meninos.

recuperação de menores, em sua maioria totalmente fracassados?

La Rocca – Não. Tenho plena consciência de que o Axé tem uma vida limitada. Ele aponta o dedo para a maneira impessoal e inadequada com que o Estado lida com o problema do menor abandonado. Os órgãos destinados a este fim acabam se tornando cabides de emprego – a relação custo-benefício no caso é escandalosamente desperdiçada. O Projeto Axé neste sentido tem um forte poder demonstrativo. Mas continuo insistindo que a educação é um dever do Estado. Nunca será algo lucrativo e cabe ao Estado gerenciá-la de modo eficaz e constante.

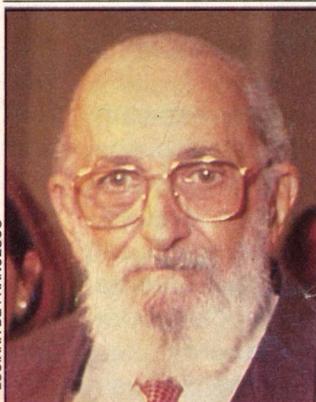
ISTOÉ – *E os meninos? Eles também não se tornam mais aptos a se sustentar?*

La Rocca – Isso leva tempo, mas a idéia é certa. No ano passado 786 garotos voltaram para suas casas. O restante foi para pensões e quartos de aluguel. Pagamos os primeiros 90 dias e gradualmente esta contribuição diminuiu à medida que os meninos foram produzindo e ganhando nas oficinas e assim puderam colaborar com seu sustento.

ISTOÉ – *O Axé tem chamado a atenção do Unicef e volta-se a falar do Brasil em termos de projetos-modelo de educação, algo que faz um paralelo com o trabalho pioneiro de Paulo Freire na década de 60. O que o sr. acha disso?*

La Rocca – O Brasil já foi um país singular em termos de sua maneira de lidar com o

menor. A criança ocupava um lugar privilegiado na sociedade brasileira – e Paulo Freire é um símbolo dessa época. Até que isso foi censurado e considerado subversivo. Muita coisa mudou nestes últimos 25 anos. A criança tornou-se uma ameaça social. As pessoas têm medo delas, todo mundo diz: “Cuidado com os pivetes.” Quando a criança se torna uma ameaça, é sinal de que esta sociedade atravessa uma profunda decadência. É isso que não podemos deixar acontecer no Brasil.



Paulo Freire

LUCIANA DE FRANCESCO

A criança já ocupou um lugar privilegiado na sociedade brasileira até que isso foi censurado. Hoje ela é considerada uma ameaça